



Primeiro esforço concentrado foi produtivo, avalia Eunício

Mais de 20 projetos foram votados. Entre eles, o que assegura atendimento do SUS a pessoas em situação de risco mesmo sem comprovação de residência. Próximas votações serão no fim do mês

O esforço concentrado de votações desta semana no Senado valeu por um mês de atividade, avaliou ontem o presidente da Casa, Eunício Oliveira. Um dos destaques do Plenário foi o projeto que garante atendimento do SUS a pessoas em situação de risco sem a necessidade de comprovação de residência. Outro foi a proposta que proíbe as companhias aéreas de cobrar valor extra para marcação de assentos em voos.

Foram votados também projetos sobre segurança pública, turismo, acordos

bilaterais e combate à criminalidade.

O próximo esforço concentrado está marcado para a última semana de agosto. A pauta ainda será construída, de acordo com as aprovações na Câmara e a partir de sugestões dos líderes partidários, disse Eunício.

A reforma no sistema de áudio e imagem no Plenário não deve prejudicar as votações no fim do mês, garantiu o senador. Ele afirmou também que, depois das eleições, a rotina de atividades do Senado voltará ao normal. **3**



Marcos Brandão/Senado Federal

Presidente do Senado, Eunício diz que pautas dos esforços concentrados são democráticas, já que decididas pelos líderes



Pedro França/Agência Senado

Rosildo Bonfim, advogado trabalhista, fala em debate sobre o Estatuto do Trabalho presidida por Paulo Paim (3º à dir)

Terceirização precariza trabalho, aponta debate

Participantes de audiência da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho disseram ontem que a flexibilização das regras de terceirização implementada pela reforma

trabalhista precariza as relações de trabalho no país. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre o texto do estatuto, que está sendo elaborado pela subcomissão. **4**

Anúncio do reajuste dos ministros do Supremo repercute no Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o aumento concedido pelos ministros do STF aos próprios salários tem de respeitar o teto de gastos. Em Plenário, senadores se manifestaram contra o reajuste. **3**

Publicada prorrogação por mais 60 dias de sete medidas provisórias

Foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União*, a prorrogação, por mais 60 dias, de sete medidas provisórias. Entre elas, estão três medidas provisórias destinadas a atender as reivindicações dos caminhoneiros. **3**

Política de frete mínimo para cargas já é lei **2**

Livro do Arquivo S vai ser lançado hoje na Bienal **2**

Especialistas defendem fundo para financiar TVs comunitárias

Em debate ontem na Comissão Senado do Futuro, especialistas defenderam a criação de um fundo nacional de financiamento das TVs comunitárias. O mecanismo

poderá financiar a produção de conteúdo, acreditam os debatedores. O objetivo da audiência foi discutir projeto que prevê publicidade paga em TVs comunitárias. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Hélio José (C) preside debate sobre publicidade em emissoras comunitárias

JOVEM SENADOR 2018
A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
30 anos depois

Estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais ou do DF podem participar do concurso de redação do Senado Federal.
www.senado.leg.br/jovemsenador

(61) 99187-2248

/senadofederal

0800 612211

Parceria:



Realização:



Política de frete mínimo no transporte de cargas já é lei

A fixação de tabela de preços mínimos a serem pagos ao transportador era uma das reivindicações da greve dos caminhoneiros. Quem não cumprir o piso nacional deverá pagar indenização e multa

FOI TRANSFORMADA EM lei a MP que instituiu a política de frete mínimo para o transporte rodoviário de cargas. Essa foi uma das reivindicações dos caminhoneiros atendidas pelo governo após a greve feita em maio e junho. A Lei 13.703 foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. O presidente Michel Temer, no entanto, vetou a concessão de anistia aos grevistas.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2018, decorrente da Medida Provisória (MP) 832/2018. O texto não fixou os valores, mas criou as regras para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) defina o piso. O processo de fixação dos preços mínimos para o frete deverá ser técnico e ter ampla publicidade. A tabela será publicada duas vezes ao ano com validade para o semestre. A primeira tabela já foi publicada no fim de maio, logo após a edição da MP.

Se a tabela não for publicada nesses prazos, a anterior continuará vigente e os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação do período. Sempre que o preço do óleo diesel no mercado nacional variar além de 10% do valor usado na planilha de cálculos, a ANTT deverá publicar nova tabela, considerando a varia-



Tabela de preços deverá considerar o custo operacional total dos fretes

ção no preço do combustível.

O frete deverá ser definido em âmbito nacional, de forma que reflita os custos operacionais totais do transporte, com prioridade para os custos do óleo diesel e dos pedágios. A definição será feita com a participação de representantes dos envolvidos, como os contratantes dos fretes, as cooperativas de transporte de cargas e os sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas.

A tabela do frete deverá considerar o quilômetro rodado por eixo carregado, as distâncias e as especificidades das cargas. A norma da ANTT deverá conter ainda a planilha de cálculos usada. O texto proíbe qualquer acordo individual ou coletivo para a cobrança de valores inferiores ao piso.

Quem não seguir a tabela terá que indenizar o trans-

portador em valor equivalente ao dobro do que seria devido, descontado o valor já pago, e ainda pagará multa. A indenização será devida para casos ocorridos a partir do dia 20 de julho deste ano.

Anistia vetada

Foi vetado artigo que concedia anistia aos caminhoneiros e às empresas transportadoras em relação às multas e sanções relacionadas à greve da categoria, entre 21 de maio e 4 de junho deste ano.

De acordo com as razões apresentadas para o veto, o dispositivo é inconstitucional, pois o poder público não pode renunciar a receitas. Temer argumenta que a aplicação das multas e sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro foram impostas por decisão judicial cautelar em tutela provisória e em função do poder de polícia do Estado.

Comunicação lança livro na Bienal de São Paulo hoje

A Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom) lançará hoje na Bienal Internacional do Livro de São Paulo o terceiro livro ilustrado da coleção *Arquivo S — O Senado na história do Brasil*. A publicação reúne textos jornalísticos que narram episódios importantes do passado nacional a partir da visão dos senadores da época. O lançamento será às 16h, no estande do Senado na Bienal.

Entre os episódios que aparecem no terceiro volume, estão os planos para a transposição do Rio São Francisco na época do Império e a greve geral que paralisou São Paulo em 1917.

O livro compila as reportagens da seção "Arquivo S", que é publicada no Portal Senado Notícias e no *Jornal do Senado* na primeira segunda-feira de cada mês. A base das reportagens são os documentos histó-

ricos mantidos sob a guarda do Arquivo do Senado.

As ilustrações são de Bruno Bazílio e as reportagens, de Ricardo Westin, André Fontenelle, Guilherme Oliveira, Joseana Paganine, Juliana Steck e Tatiana Beltrão. O livro vem dentro de um box com os dois primeiros volumes da coleção.

Adquira a coleção <http://bit.ly/colecaoArquivoS>

Tenório destaca proibição de cobrança por marcação de assento

Givago Tenório (PP-AL) comemorou a aprovação pelo Senado de projeto que proíbe cobrança por marcação antecipada



preços das passagens. — Se algum cliente comprar uma passagem, ele não pode ficar doente. O custo de renovar ou cancelar uma passagem é uma coisa absurda. A aviação civil passa por [um momento que exige] uma reflexão muito forte.

Rio São Francisco precisa ser revitalizado, diz Maria do Carmo

O Rio São Francisco precisa de revitalização, não de transposição, para garantir sua saúde hídrica, o abastecimento de



— Precisamos de ação política para estabelecer com urgência programas de recuperação vegetal. Só com um esforço concentrado do governo brasileiro e dos estados poderemos evitar as perspectivas com as quais lidaremos nos próximos anos.

Palma: agropecuária depende da logística de transporte

Ao defender a importância do investimento no modal ferroviário, Rodrigues Palma (PR-MT) chamou a atenção para o fato de o crescimento do agronegócio brasileiro estar diretamente ligado à logística de transporte.



— Sabemos que os trilhos são pouco explorados no país, daí a necessidade de investimento em massa para escoamento da produção agrícola. Apenas em Mato Grosso, a exportação de grãos deve atingir 70 milhões de toneladas até 2020.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Reforma da Previdência

10h Debate sobre reforma da Previdência, com foco na ameaça aos direitos dos brasileiros.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
 • **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Esforço concentrado foi positivo, diz Eunício

Presidente do Senado destacou a aprovação de propostas nas áreas de saúde, turismo e segurança, além de acordos. Próximas votações serão na última semana de agosto

OS SENADORES CONSEGUIRAM votar em dois dias um conteúdo que poderia ter sido votado em um mês. Foram mais de 20 propostas importantes, avaliou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Ele destacou a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 112/2014, que assegura o atendimento, no âmbito do SUS, a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social sem a necessidade de comprovação de residência. Eunício também citou a aprovação do Projeto de Lei do Senado 186/2018, que proíbe as companhias aéreas de cobrar valor adicional para marcação de assentos em voos operados no Brasil.

— Aprovamos matérias importantes do ponto de vista de segurança pública, turismo, acordos bilaterais. Aprovamos três matérias de interesse do Ministério Público, no combate à criminalidade externa. Foram vinte e tantas matérias em dois dias — declarou.

Eunício explicou que sua intenção inicial era fazer duas semanas de votação seguidas, mas precisou adiar os trabalhos devido à viagem do presidente da República, Michel Temer, ao Paraguai, para a posse do novo presidente Mario Abdo Benítez, na quarta-feira.

Eunício e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, acompanharão Temer na viagem — que será sem custo para o Senado, segundo garantiu o presidente da Casa.

Próximo esforço

Em relação ao segundo esforço concentrado no Congresso, marcado para a última semana de agosto, Eunício afirmou que não tem dúvida de que os parlamentares votarão muitas propostas para compensar os dias em que estarão nas ruas conversando com os eleitores. Ele disse que a lista de projetos a serem analisados são os que estiverem em processamento na Casa e os que forem aprovados na Câmara dos Deputados, escolhidos por acordo de lideranças.

— Vamos fazer pauta densa e intensa para o próximo esforço concentrado. Não sei quais projetos vamos pautar. No meu estilo de buscar harmonia, dividir o poder e não ser o dono do poder, vou conversar com os líderes. Acho inclusive que esses esforços concentrados democratizam mais ainda, porque partem dos líderes e dos senadores que não são líderes os pedidos para que matérias entrem na pauta — explicou.



Para Eunício, o esforço concentrado democratiza as votações, porque a pauta é definida por todos senadores

Reforma do Plenário não deve alterar pauta de votações

A reforma no sistema de áudio e de imagem do Plenário não deve paralisar os trabalhos de votação, afirmou Eunício Oliveira, durante a sessão deliberativa de quarta-feira. Ele disse que o esforço concentrado da última semana de agosto será realizado normalmente e que a reforma, prevista para começar na segunda-feira, será executada dentro de uma programação que não paralisa

o Congresso Nacional.

— Não haverá interrupção dos trabalhos na semana em que foi convocado [o esforço concentrado] por este presidente. Nos dias 28, 29 e 30 estaremos todos aqui, saindo do meio da campanha, para cumprir também com a nossa obrigação, que é servir o Brasil, aprovando matérias importantes para o seu desenvolvimento e para

que tenhamos um país, se Deus quiser, muito mais justo.

Eunício esclareceu ainda que, após o dia 7 de outubro, a rotina das duas Casas Legislativas deve ser normalizada.

— Tocaremos a vida normal depois das eleições. Enquanto eu for presidente, vou votar o maior número de matérias possível até o recesso parlamentar, previsto para ter início em 17 de dezembro — disse.

Judiciário deve respeitar teto, diz presidente do Senado

A proposta de reajuste de 16,38% na remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deve respeitar a Emenda Constitucional 95, sobre teto de gastos públicos, disse ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

A norma impõe o Novo Regime Fiscal e estabelece um teto de gastos para os três Poderes.

— É preciso que haja, dentro do teto, recursos para que esse aumento possa acontecer. É preciso analisar essa questão dos salários e, até, outro tipo de penduricalho, como dizem na gíria — afirmou.

A proposta aumenta os salários dos magistrados de R\$ 33.763 para R\$ 39.293. O impacto do chamado efeito cascata sobre a remuneração de servidores do Executivo e do Legislativo da União, do Ministério Público e dos estados pode alcançar os R\$ 4 bilhões em 2019.

— É preciso a gente ter muita calma, analisar com clareza, sem nenhum açodamento. Compreendemos o momento que vivemos do ponto de vista da economia, mas também devemos compreender que cada Poder é autônomo e pode tomar suas próprias decisões. Não vamos fazer nada de confronto. Temos que respeitar a harmonia dos

Poderes e o teto constitucional que foi estabelecido para cada um deles, para fazer com entendimento, e não com confronto entre os Poderes — disse.

Críticas

No Plenário, senadores criticaram o reajuste para os integrantes do STF. Ana Amélia (PP-RS) classificou o aumento de 16,38% como “inoportuno e absolutamente inadequado”. A senadora lembrou que o efeito cascata pode onerar o Legislativo e o Executivo da União e comprometer as contas dos estados.

— Quando o Supremo aumenta o salário dos 11 ministros, vai direto repercutir no aumento dos nossos vencimentos aqui no Senado, na Câmara, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores e em todo o setor administrativo federal. Enquanto 13 milhões de brasileiros estão desempregados, tomar essa decisão agora não é uma atitude de compreensão do momento difícil do ponto de vista fiscal que estamos vivendo — disse Ana Amélia.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta é “escandalosa” e “desrespeitosa com o povo brasileiro”. Ela lembrou que metade da população tem média salarial familiar

de apenas dois salários mínimos. A senadora fez um apelo para que o Judiciário não encaminhe o projeto ao Legislativo ou que Eunício devolva a proposta “num gesto de solidariedade ao povo”.

— Juiz tem salário alto, benefícios, verbas indenizatórias. Por que precisa conceder aumento? Estamos com 13 milhões de desempregados no Brasil. Não têm sequer solidariedade com o sofrimento do povo brasileiro?

Falta de entendimento

Roberto Requião (MDB-PR) classificou o aumento como uma “barbaridade” e afirmou que vai votar contra a proposta. O senador afirmou que aumentar o teto salarial no serviço público para mais de R\$ 39 mil, enquanto o salário mínimo é mantido em R\$ 954 é “uma impossibilidade completa de entendimento do que acontece no país”.

— Não vou dizer que os R\$ 6 mil a mais no salário dos ministros do Supremo sejam uma coisa bárbara do ponto de vista da vida deles, do padrão que levam. Mas, na circunstância em que está a política brasileira, com o governo federal cortando salário de deficientes e de mais velhos, são uma ignomínia. É biblicamente abominável — declarou.

Prorrogação de medidas provisórias por 60 dias é publicada no Diário Oficial

Sete medidas provisórias tiveram a vigência prorrogada por mais 60 dias. A prorrogação foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A Medida Provisória 834/2018 estende até 30 de outubro o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), que refinancia dívidas de produtores rurais oriundas do não recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados, o Funrural.

A MP 835/2018 autoriza a disponibilização imediata dos estoques de milho em grão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para criadores de aves e suínos e empresas de processamento de ração animal.

As MPs 836, 838 e 839/2018 atendem parte das reivindicações fruto do acordo entre governo e caminhoneiros por conta da greve. A finalidade das MPs é compensar os gastos que foram gerados pelo acordo, que inclui subvenção para garantir a redução dos tributos sobre o óleo diesel.

Já a MP 837/2018 indeniza, temporariamente, os policiais rodoviários federais que trabalham durante os repousos remunerados. Apesar de não tratar diretamente do acordo com os caminhoneiros, a MP é um efeito da paralisação, pois a PRF teve que ampliar o efetivo nas rodovias no período.

Por fim, a MP 840/2018 cria 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender necessidades da área de segurança pública do governo. Os cargos serão destinados ao Ministério da Segurança Pública, criado em fevereiro pela MP 821/2018, que foi sancionada sob a forma da Lei 13.690, de 2018.

Pedro Franco/Agência Senado



Paulo Paim (C) comanda audiência sobre a sugestão de um Estatuto do Trabalho para substituir reforma de 2017

Terceirização abala relação de trabalho, conclui debate

Participantes de audiência disseram que empregados formais estão sendo trocados por trabalhadores quase sem direitos, com jornadas excessivas, remuneração baixa e planos de saúde diferentes

A FLEXIBILIZAÇÃO DAS regras de terceirização implementada pela reforma trabalhista precariza as relações de trabalho no país, apontaram os participantes da audiência realizada ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A reunião faz parte do ciclo de debates sobre o texto do estatuto (SUG 12/2018), de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, a reforma (Lei 13.467, de 2017) desregulamenta a terceirização e gera um efeito negativo nas relações de trabalho, inclusive na média salarial.

— Os novos contratados recebem remunerações menores até que o salário mínimo. Como podemos retomar o consumo e reforçar a política de emprego se a renda da população diminui cada vez mais? — indagou.

Segundo o primeiro secretário da Força Sindical, Sergio Luiz Leite, o governo dizia que

a reforma trabalhista serviria para modernizar as relações de trabalho, trazer segurança jurídica e gerar emprego. Porém, para ele, acontece exatamente o contrário.

— Precisamos combater essa terceirização que visa ocupar um trabalhador quase sem direitos em troca de um empregado formal — reivindicou.

De acordo com a representante do Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes do Rio de Janeiro Anna Taboas, na terceirização as jornadas são excessivas e a mão de obra é desqualificada.

— Além disso, nas audiências, as empresas alegam não saber se o terceirizado trabalhou na instituição e jogam a responsabilidade para a empresa terceirizada.

Segundo a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) Marilane Teixeira, de novembro de 2017 a junho de 2018, o mercado de trabalho

formal teve 9.672.329 admitidos e 9.669.103 desligados.

— Nesse período, as formas de dispensa estão distribuídas em 58% desligamentos sem justa causa, 22% por pedidos de demissão e 1%, que corresponde a 80 mil pessoas, por desligamentos por acordo. As homologações estão sendo feitas dentro da empresa, não refletem a verdade — declarou.

De acordo com o presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Ogib de Carvalho Filho, o Brasil só criou empregos formais com remuneração de até dois salários mínimos em 2018. Ele citou dados do IBGE pelos quais mais de um milhão de pessoas deixaram de contribuir com a Previdência Social em 2017.

— Rapidamente, o reflexo disso vai ser a alegação de que não se tem dinheiro suficiente para a aposentadoria. Isso só interessa a quem quer capital, não interessa ao trabalhador.

Especialistas defendem fundo de financiamento a TVs comunitárias

A criação de um fundo nacional de financiamento das TVs comunitárias foi defendida em audiência na Comissão Senado do Futuro (CSF). O mecanismo poderá financiar a produção de conteúdo, fortalecer a cultura local e ampliar a democratização nos meios de comunicação, avaliaram os participantes do debate.

A audiência teve como objetivo discutir o projeto que prevê publicidade paga em emissoras de TVs comunitárias. A proposta (PLS 27/2016), de Hélio José (Pros-DF), está em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto permite a veiculação de até três minutos de propaganda por hora de programação dos canais.

Presidente da CSF, Hélio José disse que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias prejudica a democracia.

— A democratização desses meios é fundamental para a cidadania e para a construção de um país verdadeiramente plural — afirmou.

O presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, Fernando Trezza, explicou que hoje o financia-

mento das TVs comunitárias é feito por meio de publicidade institucional e patrocínios.

Ele cobrou a regulamentação da Contribuição de Financiamento da Radiodifusão Pública, prevista em lei desde 2008. Segundo Mauro, a contribuição renderia R\$ 400 milhões anuais, a serem distribuídos entre a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e as TVs públicas. Já o jornalista Beto Almeida defendeu uma comunicação civilizatória, humanista e plural.

Complementares

Vice-presidente jurídico da Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABTA), Marcelo Bechara Hobaika ressaltou que as três esferas — pública (rádios e tevês comunitárias), privada (emissoras comerciais) e estatal — são complementares e não concorrentes entre si. Diretor da TV Comunitária de Brasília, Paulo Miranda defendeu a regulamentação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), que poderia render R\$ 500 milhões anuais às emissoras comunitárias.



Hélio José (C) preside debate sobre formas de apoio às TVs comunitárias

Ana Amélia critica reajuste para ministros do STF

A decisão dos ministros do STF de conceder reajuste em seus vencimentos de 16,38%, a partir de 2019, “é inoportuna e provoca um preocupante efeito cascata nas despesas públicas, que para ser coberto gerará um aumento da carga tributária”. O alerta foi feito por Ana Amélia (PP-RS) em pronunciamento no Plenário.

— É uma bola de neve que reajusta conjuntamente os salários de parlamentares a nível federal, estadual e municipal, assim como de ministros de Estado, governadores e prefeitos. São muitas centenas de milhões de reais a mais anualmente num quadro de desajuste fiscal como o que o país já vive.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Gleisi Hoffmann diz que votará contra reajuste dos juízes

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que votará contra a proposta de reajuste de 16,38% dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para 2019.

— Eu queria fazer um apelo ao Poder Judiciário: não envie esse projeto de lei para cá. Retire. E também falar ao presidente da Casa, porque eu acho que ele deveria, até num gesto de solidariedade ao povo, devolver o projeto, não colocar para votar, porque vai ser escandaloso se vier para cá e se esta Casa aprovar. Casa que aprovou a reforma trabalhista, o teto de gastos. Estamos tirando direitos do povo e concedendo aumento salarial para o Judiciário.



Genildo Mogueiro/Agência Senado

Para Lindbergh, inflação da vida real é bem maior que a oficial

Lindbergh Farias (PT-RJ) voltou a criticar aspectos da política econômica do governo Temer. Um dos pontos mais criticados por ele são as políticas de aumentos de itens e serviços de necessidades básicas, como o gás de cozinha, as tarifas de energia e as passagens de ônibus.

— Nos oito anos de governo Lula não teve nenhum aumento do botijão de gás, era menos de R\$ 20. No governo Temer já teve 250 aumentos, está quase R\$ 70. Quando vejo o Temer e seus aliados dizerem que a inflação é de 3%, olha, a inflação pro povo mais pobre na vida real é muito maior do que isso — lamentou o senador.



Genildo Mogueiro/Agência Senado

Medeiros defende resgate da identidade do Parlamento

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que é preciso resgatar a autonomia e a identidade do Parlamento para garantir altivez aos estados, dando-lhes força para as conquistas necessárias para a população.

Segundo o senador, a sociedade cobra de forma justa por avanços e já está perdendo a paciência porque as coisas não têm acontecido no tempo correto, e porque não se veem os resultados dos esforços, principalmente os do Congresso.

— Não tenho dúvida que, no momento que o Parlamento se der o respeito e se colocar como representante legítimo, a política brasileira vai ter o resgate dessa confiança profundamente abalada.



Genildo Mogueiro/Agência Senado

Vanessa Grazziotin condena tentativa de venda da Eletrobras

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou o fracasso do governo na tentativa de privatizar a Eletrobras e vender distribuidoras de energia elétrica. Para ela, a reação do Parlamento foi tão grande que o governo teve que recuar. Na opinião da senadora, foi vitória do Senado não votar a urgência do projeto aprovado na Câmara que viabilizaria a venda de seis distribuidoras.

— Por que nos Estados Unidos o setor elétrico é cuidado pelo Estado? As usinas são de responsabilidade das Forças Armadas, por serem questão de mais extrema sensibilidade. Aqui no Brasil não, elas são entregues. E quem quer comprar? Estatais de outros países.



Genildo Mogueiro/Agência Senado